



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO TOLEDO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900

**PARECER Nº 900 /2018.**

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**Processo de nº 742/2018**

**Relator: Deputado Bruno Toledo**

Encontra-se nesta comissão para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 578/2018, de autoria da Deputada Thaise Guedes, que “DISPÕES SOBRE O CADASTRO PREFERENCIAL DA MULHER COMO BENEFICIÁRIA DOS PROGRAMAS QUE VISEM À CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES NO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O referido projeto tem por finalidade a preferência de vagas de programas habitacionais em Alagoas às mulheres.

Todavia, o objetivo deste parecer é a análise de vícios de mérito encontrados no projeto. Desse modo, verifica-se que o objeto em discussão se encontra prejudicado.

O Regimento Interno da Assembleia legislativa de Alagoas regula este assunto em seu artigo 174, da seguinte forma:

Art. 174”. Considera-se prejudicada:

I – a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa;

Sendo assim, verifica-se que no dia 02 de janeiro de 2018 foi aprovado em plenário o Projeto de Lei Nº 517 de 2017, que garantiria às mulheres preferência em programas habitacionais no seu artigo 2º.

Tal artigo 2º foi vetado pelo Sr. Governador do Estado, gerando o Veto Parcial nº 8 de 2018, o qual foi mantido 18/04/2018 pelo plenário da Assembleia Legislativa.

Visto isto, observa-se que já foi discutido e rejeitado, ao fim, sendo assim, caracteriza-se que a matéria esta prejudicada.

**REJEITADO**  
EM, 19/04/18

8



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO TOLEDO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900

Dessa forma, devido ao objeto do Projeto de lei já ter sido discutido e rejeitado dentro da mesma sessão legislativa torna o seu conteúdo prejudicado, logo, impossibilita sua discussão em plenário, de modo que, a deliberação referente a este tema ocorreu.

Por fim, os programas habitacionais federais, que são executados em parceria com os demais entes Federados, qual seja, a Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005, já conta com regra semelhante, sendo desnecessária sua replicação, violando a concorrência de normas sobre a mesma matéria.

Logo estas são as razões pela qual somos contrários sua aprovação.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em**

**Maceió, 19 de 06 DE 2018.**

257	COMISSÃO
SOMOS PELA REJEIÇÃO DA PRESENTE EMENDA.	
MACEIO	19/06/18
<i>[Assinatura]</i>	
<i>[Assinatura]</i>	
<i>[Assinatura]</i>	
<i>[Assinatura]</i>	
<i>[Assinatura]</i>	

*[Assinatura]*  
**DEPUTADO BRUNO TOLEDO**

COMISSÃO
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA.
MACEIO <i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>
<i>[Assinatura]</i>